

Educação popular, direitos humanos e Movimento de Trabalhadoras Sexuais: na batalha transformando mundos a partir de uma perspectiva freireana

Fernanda Priscila Alves da Silva¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo refletir acerca da educação relacionada aos direitos humanos, tendo como referência a experiência do Movimento de Trabalhadoras Sexuais no Brasil. Em termos metodológicos e epistemológicos, trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, que tem como ponto de partida as reflexões e tessituras construídas a partir de estudos sobre prostituição, trabalho sexual e movimento de trabalhadoras sexuais. Desse modo, foram realizadas buscas, levantamentos de estudos e revisões de obras acerca da temática abordada com o intuito de contribuir na fundamentação teórica deste estudo. Além disso, fez parte da metodologia considerar as narrativas e vozes das interlocutoras do presente estudo como parte fundamental da análise de dados. A discussão apresentada pretende problematizar as discussões, perguntas e reflexões acerca da educação, dos direitos humanos e do Movimento de Trabalhadoras Sexuais, apontando que esse Movimento se configura também como movimento social, construindo outros modos de fazer educação, um *que fazer histórico* que propõe uma práxis político-educativa desde a batalha. Assim, legitima-se que os saberes construídos no interior do Movimento de Trabalhadoras Sexuais lançam luzes e apontam inédito-viáveis para a construção de um mundo mais diverso.

Palavras-chave

Educação popular. Direitos humanos. Trabalhadoras sexuais. Batalha.

¹ Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade Estadual da Bahia, Brasil; professora adjunta do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas, Brasil. E-mail: feracatejo2@gmail.com.

Popular education, human rights, and the Sex Worker Movement: in the battle transforming worlds from a Freirean perspective

Fernanda Priscila Alves da Silva²

Abstract

This article aims to reflect on education, in its relationship with human rights, taking as a reference the experience of the Sex Workers Movement in Brazil. In methodological and epistemological terms, this is a study with a qualitative approach, which has as its starting point the reflections and textures built from studies on prostitution, sex work and the movement of sex workers. This way, searches were carried out, surveys of studies and reviews of works on the theme addressed in order to contribute to the theoretical foundation of this study. Furthermore, it was part of the methodology to consider the narratives and voices of the interlocutors of the present study as a fundamental part of the data analysis. The discussion presented here intends to problematize the discussions, questions and reflections about education, human right, and the Sex Workers Movement, pointing out, that this Movement is also configured as a Social Movement building other ways of doing education, a historical task that proposes a political-educational praxis since the battle. In this way, it is legitimized that the knowledge built within the Sex Workers Movement shed light and point to unprecedented-viable ways to build a more diverse world.

Keywords

Popular education. Human Rights. Sex workers. Battle.

² PhD in Education and Contemporary Studies, State University of Bahia, State of Bahia, Brazil; associate professor at the Institute of Social Sciences, Education and Animal Science, Federal University of Amazonas, State of Amazonas, Brazil. E-mail: feracatejo2@gmail.com.

Introdução

Neste artigo, o objetivo é estabelecer conexões e diálogos sobre educação, direitos humanos e movimentos sociais a partir do Movimento de Trabalhadoras Sexuais. No Brasil, esse Movimento tem impulsionado, desde o final da década de 1970, importantes debates acerca dos direitos desse coletivo historicamente invisibilizado e descaracterizado, a partir de lógicas excludentes, moralizantes, sexistas e estigmatizantes. O Movimento tem reivindicado direitos no campo das políticas públicas e, sobretudo, na construção de saberes que o legitimem como um movimento social.

É possível afirmar que este Movimento é perpassado por uma diversidade de posicionamentos e pautas, tendo em comum a luta pelo reconhecimento do trabalho sexual como trabalho, a denúncia das violações de direitos sofridas pelas trabalhadoras sexuais nos mais distintos contextos e a emancipação destas sujeitas políticas como fazedoras e construtoras da história. Trata-se, portanto, de um movimento diverso e heterogêneo construído em diferentes regiões do país com múltiplas lideranças que no dia a dia criam e recriam estratégias educativas e transformadoras nos mais variados campos: saúde, direito, educacional, social, cultural e artístico.

Na perspectiva de Paulo Freire, a educação é dialógico-dialética, ou seja, ela se dá a partir das relações do sujeito com o mundo, nos círculos de cultura que estes criam e recriam o mundo. Romão (2008, p. 150) aponta que para Paulo Freire “não existe educação, mas educações, ou seja, formas diferentes de os seres humanos partirem do que são para o que querem ser”. Trata-se de um processo contínuo e transformador. É na relação com outro que os seres humanos se desenvolvem, pois “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens e mulheres se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1978, p. 79).

Este artigo compreende a educação a partir da perspectiva popular, emancipadora e transformadora, considerando, sobretudo, a busca dos sujeitos históricos por condições de vida dignas. As mulheres da batalha, modo pelo qual se denominou³ as interlocutoras da pesquisa realizada com trabalhadoras sexuais, afirmam que é na batalha, ou seja, estando na rua exercendo o trabalho sexual, que elas garantem vida digna para si e seus familiares. No Brasil, desde os anos de 1960, com o trabalho de Paulo Freire, iniciou-se um processo de formulação

³ Esta definição foi sugerida pelas próprias trabalhadoras sexuais quando, no momento da pesquisa, foram perguntadas acerca de como gostariam de ser nomeadas.

de uma pedagogia que reconhece e constrói práticas educativas a partir do lócus e das experiências das camadas populares. Este movimento de reconhecimento dos saberes populares é por si um movimento emancipador e decolonial. Isto porque a temática da educação das classes populares nos coloca diante de questões, como: opressão, exploração e subalternização.

Em síntese, para Freire, a expressão educação popular designa a educação feita com o povo, com os oprimidos ou com as classes populares, a partir de uma determinada concepção de educação: a educação Libertadora, que é, ao mesmo tempo, gnosiológica, política, ética e estética. Esta educação, orientada para a transformação da sociedade, exige que se parta do contexto/vivido para se chegar ao contexto teórico, o que requer curiosidade epistemológica, a problematização, a rigorosidade, a criatividade, a vivência da práxis e do protagonismo dos sujeitos (Paludo, 2008, p. 158-159).

O pensamento de Paulo Freire tem contribuído, decisivamente, para convocar e impulsionar a sociedade, de modo particular, por meio das classes populares acerca de seu que fazer histórico e de sua *práxis* político-educativa. Segundo Corrêa (2019, p. 65), o pensamento de Freire é “interpelado, dialeticamente, pela sociedade, em particular, pelas classes e movimentos sociais populares, que situados e atuantes, em cada época histórica e espaço social, provocam e exigem a reformulação e o alargamento da teoria social e educacional críticas”.

Elaborada e concebida ao longo da história, a educação popular se entende a partir da ação-reflexão-ação, em que prática e teoria estão em constante relação. Ambas constituem a *práxis* pedagógica, que se origina do povo e se constrói com ele. Ela nasce da experiência e do que fazer dos movimentos sociais. Neste sentido, pode-se afirmar que a concepção de educação popular é emancipatória e libertadora. Para Brandão (2006), é possível falar em cinco momentos da educação popular, desde as perspectivas histórica e social: (1) surgimento a partir das iniciativas dos grupos de esquerda em fazer educação para o povo da cidade e do campo; (2) processo de independência e chegada dos imigrantes europeus; (3) nos anos da década de 1920, quando surgiram movimentos dirigidos à democratização do ensino e da cultura laica; (4) experiência popular nos anos de 1960, tendo Paulo Freire como importante liderança; (5) movimentos de caráter popular: grupos de mulheres, negros, indígenas etc.

A partir desta historicidade, se reconhece em sintonia com as pesquisas de Sousa (2007; 2012) que as trabalhadoras sexuais e a luta política delas se configuram como um movimento social que nos últimos anos tem ganhado visibilidade no Brasil, apresentando assim um caráter emancipatório em consonância com as lutas dos demais movimentos sociais e lutas populares. Sousa (2017, p. 3) afirma que

ao reivindicar o reconhecimento da prostituta voluntária como trabalho e o direito de falar de si e de sua prática, prostitutas têm gerado saberes e conhecimento que favorecem a problematização da aparente oposição entre movimento feminista e movimento de prostitutas. [...] As vozes das prostitutas têm se ampliado e ganhado visibilidade, por meio do ativismo digital, de ações culturais e educativas.

Na obra *Desde Freire: cinquenta anos de pedagogia do oprimido e o feminismo no Brasil*, Machado e Paludo (2019) realizam uma importante discussão acerca da relação que pode ser estabelecida entre a *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire e a luta de libertação das mulheres. As autoras apontam que ao colocarmos o olhar sobre essa obra, estamos diante do reconhecimento dos esfarrapados do mundo na história. Assim, vislumbra-se o quanto a história é marcada por discriminação de classe, raça e gênero. As mulheres são, então, as esfarrapadas da história. Refletir a respeito da educação por meio da perspectiva das mulheres significa reconhecer os privilégios históricos, sociais e culturais dos homens brancos. Por outro lado, as autoras afirmam que essas reflexões nos fazem desvelar a chamada cultura do silêncio, que representa a imposição de determinadas formas de ser, pensar e expressar em contextos latino-americanos pautados na estrutura colonial dominante.

As lutas das mulheres nas mais variadas formas, expressões e contextos colocam em evidência as contradições históricas da humanidade, na medida em que trazem para o debate pautas historicamente silenciadas, como a revelação de corpos e de sujeitas construtoras da história, que são mulheres indígenas, negras, ciganas, ribeirinhas, quilombolas, trans e trabalhadoras sexuais. O princípio base da educação popular é a leitura de mundo, ou seja, construir o mundo a partir da perspectiva da emancipação. Desse modo, a educação é sempre um ato político e conclama a posicionamentos diante das contradições e dos conflitos que vivemos na sociedade. A luta feminista nos reposiciona na construção de um mundo mais equânime, diverso e transformador.

Junto das lutas feministas, encontramos o Movimento de Trabalhadoras Sexuais reivindicando seu lugar como sujeitas agentes e transformadoras da história. Essas trabalhadoras reivindicam o lugar legítimo delas nos espaços de lutas feministas e assim reivindicam também o lugar de protagonistas na construção dos movimentos sociais. Prada (2018) fala em construirmos um feminismo bruto, sendo este acolhedor também das vozes e lutas das trabalhadoras sexuais. Esta autora aponta no livro *Putafeminista* que essas trabalhadoras têm construído um feminismo “desde dentro”, ou seja, no interior do Movimento de Trabalhadoras Sexuais, denunciando os modos de estigmatização e preconceitos presentes e cada vez mais acirrados em contextos contemporâneos contra elas.

A inquietude que o “Putafeminismo” tem provocado é evocada por Prada (2018) no mencionado livro e, além de ser uma obra instigante e pulsante dentro dos movimentos de mulheres e na construção de pautas e lutas feministas, nos convoca a pensar, questionar e articular modos e formas feministas de luta que considerem a diversidade dos grupos de mulheres, dentre eles, o das trabalhadoras sexuais. Prada (2018, p. 37) aponta que o Putafeminismo

pode ser descrito, basicamente, como um movimento que nasce a partir da ideia de que nós, mulheres trabalhadoras sexuais, podemos ser feministas, combatendo o estigma sobre nós e fortalecendo nossa luta por direitos, sem que para isso precisemos abrir mão do nosso trabalho ou envergonhar dele.

De acordo com Candau (2008) e Santos (2006), os direitos humanos devem ser repensados e reconceitualizados a partir das demandas da atualidade. É necessário considerar e articular o conceito de direito à diferença étnica e cultural atrelada sobretudo à igualdade das políticas públicas. A educação emancipatória entrelaçada à luta por direitos humanos reivindica o rompimento com práticas pedagógicas calcadas no silêncio, além de potencializar os sujeitos como seres protagonistas na construção de suas narrativas e histórias.

Educação popular, decolonialidade e direitos humanos: contribuições do legado freireano para os movimentos sociais populares

A temática da educação e dos direitos humanos a partir da ótica de Paulo Freire, do legado do autor e da educação popular está relacionada à perspectiva da educação libertadora. O papel dela tem sido pautado na transformação do mundo, ou seja, trata-se de uma ação interventiva na transformação social da vida, da realidade e dos contextos. A educação libertadora proposta por Freire em toda sua obra é, sobretudo, problematizadora, balizada pelo respeito, pelo diálogo, pela construção de conhecimento que considera os temas geradores da realidade e pela leitura de mundo e da palavra.

Falar de direitos humanos torna-se, sobretudo, refletir acerca dos direitos historicamente negados e negligenciados. Se pautamos o direito à educação como parte da perspectiva dos direitos humanos, devemos considerar o modo como esses direitos foram negados a determinados grupos historicamente invisibilizados. Este dado remete à natureza política da educação, elemento fundamental para a compreensão da obra de Paulo Freire. O

reconhecimento destes direitos aponta a dimensão da coletividade, neste sentido, os movimentos sociais representam, historicamente, luta, resistência e emancipação dos sujeitos.

Os movimentos sociais têm se configurado em espaços importantes para a construção da educação libertadora e emancipatória. Por meio deles, a busca pelos direitos humanos tem sido impulsionada via mobilização, articulação, ação e reflexão. Freire (2019) apontou que se trata do exercício de “reinvenção do poder tomado” e da construção de um mundo cada vez mais justo, equânime e igualitário. Assim,

a educação para os direitos humanos, na perspectiva da justiça, é exatamente aquela educação que desperta os dominados para a necessidade da briga, da organização, da mobilização crítica, justa, democrática, séria, rigorosa, disciplinada, sem manipulações, com vistas à reinvenção do mundo, à reinvenção do poder (Freire, 2019, p. 40).

A educação em diálogo permanente com a luta pelos direitos humanos reflete o exercício constante dos sujeitos históricos em construir mundos possíveis a todas as pessoas, mundos diversos e plurais. Esta educação está permanentemente se perguntando, mirando a realidade, reconhecendo as temáticas e problemáticas dos contextos. Ela se faz e refaz sempre que necessário e, na medida em que indaga e questiona, transforma os direitos antes negados em possibilidades, inéditos-viáveis⁴.

A educação popular, historicamente, tem um papel fundante na constituição dos sujeitos sociopolíticos. A categoria “sujeito” representa o protagonismo e o ativismo dos indivíduos e dos grupos sociais que, a partir da consciência da realidade, da história e da identidade deles, transformam-se em atores sociais, políticos e culturais. Gohn (2003) afirma, ao discutir a importância dos movimentos sociais, que essa categoria reflete o papel do indivíduo como ser humano político e social, reconhecendo-o objetiva e subjetivamente como membro de um grupo, uma classe, uma etnia, um gênero, uma nacionalidade e uma religião.

No Brasil, a força da educação popular se intensifica desde as décadas de 1970 e 1980, nos apresentando um conjunto de ideias políticas, filosóficas e pedagógicas que nasceram com os Movimentos de Educação de Base e Cultura Popular. Desde o final das décadas de 1950 e 1960 até por volta dos anos 1970 e 1980, esses movimentos se intensificaram, mostrando a resistência popular naquele momento. Tal resistência reflete um processo crítico das formas

⁴ Conforme citado abaixo, no decorrer do artigo, os inéditos-viáveis apontam os sonhos possíveis, expressão dos sonhos coletivos (Freire, 2008, p. 231).

como a educação vinha sendo construída e concomitantemente enfatizando os saberes construídos pelos grupos populares.

O legado de Paulo Freire, segundo Gadotti (2011), representa na América Latina e em outros lugares do mundo um dos mais importantes paradigmas da educação e aponta momentos importantes no processo educacional. O primeiro deles trata-se da investigação temática, ou seja, a busca pelas palavras e pelos temas geradores do contexto e da realidade das classes populares; esses temas representam o universo vocabular desses sujeitos. O segundo momento, chamado tematização, refere-se à codificação/decodificação dos temas geradores. Essas palavras carregam sentidos e significados no mundo de tais sujeitos. O terceiro momento implica em problematizar as temáticas que emergiram. Trata-se, portanto, da busca pela superação das primeiras impressões e da construção de uma visão crítica da realidade. A leitura de mundo e a leitura da palavra são dois momentos indissociáveis: “primeiro, a leitura de mundo, do pequeno mundo em que me movia; depois a leitura da palavra que nem sempre, ao longo de minha escolarização, foi leitura de palavramundo”, afirma o pensador (Gadotti, 2011, p. 20).

A pedagogia de Paulo Freire, desde as décadas de 1950 e 1960, tem impulsionado uma leitura crítica da realidade e da educação. Em *Educação como Prática da Liberdade*, ele reconhece quais práticas devem ser construídas a fim de que as classes populares possam emergir. Neste sentido, o autor fala da conscientização das massas a partir de uma educação que as coloque em postura de autorreflexão e de reflexão sobre seu tempo e espaço (Freire, 1975).

A educação na perspectiva freireana revela um modo esperançoso de pensar o mundo. Sua pedagogia crítica, emancipadora e libertadora compreende que educar é insistir, teimar desvelando possibilidades. Para Moreira (2008, p. 163),

O processo emancipatório freireano decorre de uma intencionalidade política declarada e assumida por todos aqueles que são comprometidos com a transformação das condições e de situações de vida e existência dos oprimidos, contrariamente ao pessimismo e fatalismo autoritário defendidos pela Pós-Modernidade.

A partir do reconhecimento deste processo emancipatório e da importância da luta social, a atualidade da obra de Paulo Freire se prova. Seus saberes e tessituras ensinam que por meio da educação desvela-se possibilidades e inéditos-viáveis, superando as mais variadas formas de opressão. Para construir a chamada “pedagogia da esperança”, é necessário mirar a pedagogia do oprimido, ou seja, é preciso reconhecer as situações-limite de nosso contexto. De

acordo com Osowski (2008, p. 385), as situações-limite “são constituídas por contradições que envolvem os indivíduos, produzindo-lhes uma aderência aos fatos e, ao mesmo tempo, levando-os a perceberem como fatalismo aquilo que lhe está acontecendo”.

Os inéditos-viáveis apontam, por sua vez, os sonhos possíveis, que são a expressão dos sonhos coletivos, “portanto, sonhos fundamentalmente democráticos a serviço do mais humano que existe em nós seres humanos: assim, nos induz a criarmos um novo homem e uma nova mulher para uma nova sociedade: mais justa, menos feia, mais democrática” (Freire, 2008, p. 231).

O pensamento de Paulo Freire sobre a perspectiva dos Direitos Humanos contribuiu no processo de interpelação e provocação da sociedade, sobretudo, na contemporaneidade. Enquanto sujeitos históricos, somos convocados a tecer uma educação como prática da liberdade, uma educação emancipadora que atue com os movimentos sociais e que seja uma pedagogia encharcada de esperança. bell hooks (2017), dialogando com Paulo Freire, afirma que se trata de uma revolução de valores que se concretiza na medida em que o clamor da diversidade cultural permite repensar os modos de conhecimento, provocando a desconstrução de antigas epistemologias e reivindicando o reconhecimento dos saberes das pessoas que historicamente têm estado às margens da sociedade. Nesta perspectiva, hooks afirma a importância de cada sujeito poder encontrar sua própria voz. Faz-se necessária a construção de espaços educativos tanto nos movimentos sociais quanto na escola para que a educação potencialize o ser sujeito.

Em uma conversa em um grupo com Paulo Freire, há mais de trinta anos, eu o ouvi afirmar enfaticamente que “não podemos entrar na luta como objetos para depois nos tornarmos sujeitos”. Essa afirmação ressoou em mim. Ela afirmou a importância de eu me encontrar e ter uma voz. Falar, ser capaz de nomear, era uma forma de reclamar para si a posição de sujeito (hooks, 2020, p. 83).

Contemporaneamente, os estudos acerca da decolonialidade têm apontado que pensadores como Paulo Freire se inscrevem no conjunto de autores que compõem o movimento da educação popular latino-americana. Trata-se de referências que propõem a construção de uma pedagogia decolonial. Tal pedagogia estimula “o pensar a partir de genealogias, racionalidades, conhecimentos, práticas e sistemas civilizatórios e de vida distintos” (Neto, 2021, p. 41). Para a construção de uma pedagogia decolonial, torna-se necessário refletir acerca da colonialidade. De acordo com Quijano (2007, p. 93), esta é “um dos elementos constitutivos

e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como pedra angular deste padrão de poder”.

João Colares Neto (2021), no artigo “Paulo Freire e Orlando Fals Borda na genealogia da pedagogia decolonial latino-americana”, pergunta o que vem a ser pedagogia decolonial. A discussão problematizadora feita por ele tem como referência as obras dos dois intelectuais que contribuem significativamente para pensar uma educação crítica e emancipadora. De um lado, Fals Borda, pioneiro na investigação-ação participativa, propõe que sujeitos, indivíduos e coletivos se tornem coprodutores de conhecimento no processo de pesquisa. Do outro lado, Freire, cujo ponto de partida é a investigação temática e o reconhecimento do universo vocabular do sujeito, apresenta uma educação problematizadora e libertadora. Por meio da discussão proposta por ambos os pensadores, Colares Neto (2021) aponta que uma pedagogia decolonial deve conceber educadores subversivos, progressistas, democráticos e críticos.

A decolonialidade trata-se, portanto, de um questionamento radical e busca a superação das mais distintas formas de opressão perpetradas contra as classes e os grupos subalternos pelo conjunto de agentes, relações e mecanismos de controle, discriminação e negação da modernidade/colonialidade. O conceito, afirma Colares Neto (2021, p. 39), se refere à “inspiração de um conjunto de autores organizados em torno do programa de investigação da modernidade/colonialidade latino-americano”.

Apontar o conceito neste artigo implica reconhecer os modos como a discussão acerca da educação popular e dos direitos humanos têm sido impulsionados na contemporaneidade. Arrisco ainda trazer para este debate, além de intelectuais como Paulo Freire e Fals Borda, a intelectual negra bell hooks, entendendo que essas referências têm provocado ao longo da história um debate necessário acerca do modo como os povos subalternizados foram silenciados, e as formas como estes povos podem, por meio da conscientização e de pedagogias engajadas e decoloniais, se emancipar como sujeitos.

Neste artigo, compreende-se que os espaços e territórios da educação popular construídos por meio dos movimentos sociais são espaços em que os sujeitos exercitam a leitura de mundo, o reconhecimento das situações-limites e a construção dos inéditos-viáveis. Portanto, as vozes das trabalhadoras sexuais, como expressão de um desses movimentos sociais, têm o processo de organização e articulação fomentado por pedagogias transformadoras, uma delas sendo a pedagogia da batalha.

O Movimento de Trabalhadoras Sexuais tecendo a pedagogia da batalha e da coletividade

Os estudos (Nieto Olivar, 2010; Barreto, 2015; Brasil, 2012; Murray, 2016; Piscitelli, 2013; Sousa, 2012; 2015; 2016; Marinho, 2007; Guerra, 2019) acerca do Movimento de Trabalhadoras Sexuais e, em particular a respeito da prostituição, apontam uma diversidade de olhares e modos sobre como tais questões têm sido tratadas. O contexto da prostituição e a diversidade e complexidade inerentes a ele é apontado como um território em disputa, afinal de contas, se discute um contexto que engloba diversos atores sociais e distintas formas de organização. Ao tecer e construir pesquisas dessas realidades, a partir da perspectiva da educação popular libertadora, vislumbra-se o reconhecimento dos saberes construídos por essas trabalhadoras no interior do movimento social.

Em *Guerras, trânsitos e apropriações políticas da prostituição feminina*, a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre, é apontado que: “Para além do trabalho comércio, a prostituição teria que ser entendida também como corpo de experiência... *espaço privilegiado de existência*” (Nieto Olivar, 2010, p. 28, grifo do autor). Nestes territórios, as trabalhadoras sexuais constroem narrativas de si, se educam e transformam o mundo. As pesquisas de Piscitelli (2002; 2004; 2005; 2007; 2013); Nieto Olivar (2010; 2013), Sousa (2007; 2012), Fonseca (1996; 2016), Tedesco (2008) em torno desta temática apontam diversas formas e modos de nomear esses coletivos, uma delas é a categoria “batalha” ou ainda “mulheres da batalha”. O Movimento de Trabalhadoras Sexuais toma a categoria de trabalho sexual como ferramenta importante para o reconhecimento dela como trabalho. Este artigo utiliza essa categoria e lança mão do termo batalha, com o intuito de apontar a dimensão da coletividade e do nível organizativo dessas trabalhadoras.

Batalha é o termo utilizado pelas mulheres, interlocutoras do presente estudo, para caracterizar o estar na rua, ou seja, a disponibilidade do corpo para relações passageiras, a conquista do ponto e o domínio de estratégias para garantir a própria integridade. Esta categoria expressa a forma como essas trabalhadoras em um determinado território se compreendem e se organizam. A aproximação de outras pesquisas e estudos (Moraes, 1995; Sousa, 2007; 2012; Tedesco, 2008; Barreto, 2015; Rodrigues, 2012; Juliano, 2005; Guerra, 2019), assim como o engajamento com o Movimento permitem captar que tal categoria tem grande relevância, pois revela o modo que a prostituição é vista e compreendida.

A batalha é movimento, ela é luta diária. Significa estar em trânsito. A circulação pelas ruas, bares, hotéis, espaços públicos, de sujeitas que se fazem políticas e se constroem como agentes de transformação. Os corpos dessas trabalhadoras em batalha desvelam tramas da

diversidade e, ao mesmo tempo, situações-limite. Essas trabalhadoras nas vias, nas ruas, nos circuitos da sociedade enfrentam ainda processos de exclusão e estigmatização, assim como a invisibilização em decorrência do trabalho não reconhecido. Ao mesmo tempo, elas são resistência, pois estão em constante movimento, articulação e organização social, o que favorece a transgressão e a ocupação de seu lugar no mundo e na sociedade.

Vislumbra-se, portanto, a batalha como uma categoria que aponta a construção de uma pedagogia. A pedagogia da batalha revela a pedagogia das trabalhadoras sexuais, construída a partir da rua e, sobretudo, a partir do Movimento de Trabalhadoras Sexuais. À medida que elas se movimentam, elas transformam o mundo. Este é um processo histórico. Na escala em que falam de si e se organizam enquanto movimento social, elas se situam a partir de uma lógica contra hegemônica, pois desenvolvem processos educativos críticos de compreensão e ação na realidade para propiciar a criação de mentalidades diferentes. Afirma-se, então, a partir desta perspectiva, que ao desenvolver a pedagogia da batalha elas são concebidas como educadoras sociais, culturais e políticas.

A pedagogia da batalha tem sido uma ferramenta importante para essas trabalhadoras. Na verdade, essas sujeitas políticas, na medida em que se organizam enquanto movimento social, constroem pautas importantes para se pensar o lugar que elas ocupam na história e na garantia de direitos. No Brasil, estão organizadas em coletivos regionais e nacionais, que propõem ações interventivas junto às trabalhadoras sexuais e em parceria com outros coletivos. As pautas se situam em torno de temáticas, como: sexualidade, corpo, gênero, raça/etnia, geração, classe social, dentre outras questões. Esses debates têm refletido questões urgentes e necessárias no campo da educação, da sociologia, da antropologia, das ciências sociais e da saúde.

Além disso, esse tipo de pedagogia impulsiona as trabalhadoras sexuais, partindo de vivências nos coletivos locais e no nacional, a se desenvolverem como sujeitos históricos, cooperativos e sociais. Comumente em eventos promovidos e construídos pelas trabalhadoras sexuais, a fala de que a participação nos coletivos tem permitido a elas se reconhecerem como cidadãs com direitos se faz bastante presente. Candau *et al.* (2014) demonstram quatro aspectos fundamentais para a construção da democracia e de uma educação pautada na perspectiva dos direitos humanos: 1) trata-se de saber conhecer os direitos, ou seja, a dimensão histórico-crítica da conquista dos direitos; 2) desenvolver autoestima positiva dos sujeitos envolvidos (assumir-se como sujeito); 3) promover cidadania ativa e argumentativa; e 4) desenvolver capacidade argumentativa.

Na batalha, essas trabalhadoras constroem relações e interações com outros sujeitos e neste movimento se educam e educam umas às outras. Compreende-se a partir desse elemento que a educação é entendida como forma e lugar de constituição de sujeitos. A pedagogia da batalha tem revelado, a partir das narrativas, saberes e experiências dessas trabalhadoras, que se tornam sujeitas emancipadas, revolucionando o mundo por meio de suas vozes, corpos e lutas.

Vozes/ensinamentos insurgentes e emergentes: a presença de trabalhadoras sexuais fazendo e recriando o mundo

A reflexão construída neste artigo acerca da relação entre educação e direitos humanos a partir da experiência coletiva das trabalhadoras sexuais está em sintonia com os estudos (Nieto Olivar, 2010; Barreto, 2015; Brasil, 2012; Murray, 2016; Piscitelli, 2013; Sousa, 2012; 2015; 2016; Pasini, 2000; Marinho, 2007; Guerra, 2019) a respeito da prostituição, do trabalho sexual e do movimento social de trabalhadoras sexuais. A batalha tem sido um dos conceitos emergentes nesses estudos, assim como o reconhecimento das trabalhadoras sexuais como sujeitas que constroem saberes a partir da batalha, fazem o “correr” do dia a dia em busca de melhores condições de vida para si e para seus familiares e se organizam em coletivos de articulação e emancipação social e política. Desse modo, o reconhecimento das vozes das trabalhadoras sexuais e de suas narrativas expressa outros modos de recriar o mundo.

O Movimento de Trabalhadoras Sexuais tem sido também um espaço para romper, por meio do engajamento no movimento e em seus espaços educativos, com uma visão dualista e dicotômica acerca da sexualidade. Sousa (2017) aponta que o movimento organizado de prostitutas utiliza a estratégia de desvelar o estigma e a discriminação que historicamente recai sobre as trabalhadoras sexuais. Assim, o processo de luta e organização destas trabalhadoras, iniciado no Brasil a partir do final dos anos 1970, tem sido uma expressão do modo como essas trabalhadoras se educam no movimento e constroem agenciamentos. Tendo como pano de fundo o pensamento de Paulo Freire, Sousa (2016) demonstra que, pela perspectiva da historicidade e do inacabamento, o ser humano está constantemente se engajando em processos educativos na busca por ser mais. Desse modo, o campo da educação popular “é marcado por essa concepção de educação, a qual traz consigo essa noção de movimento e transcendência que impulsiona a busca por ser mais, num processo contínuo de lançar-se para além do percebido (Sousa, 2016, p. 113).

A perspectiva apresentada se vincula aos valores históricos da educação popular, que é emancipadora, e aos das epistemologias construídas pelos movimentos feministas, movimentos de mulheres e movimentos sociais. Nessa discussão, enfatiza-se o Movimento Social de Trabalhadoras Sexuais e seu fortalecimento a partir de micro resistências pela luta por direitos humanos. Neste sentido, se apresentam eloquentes as vozes de trabalhadoras sexuais, com as quais a autora deste artigo pôde conviver durante o desenvolvimento das pesquisas do mestrado e do doutorado, por meio do engajamento no movimento. As trabalhadoras sexuais existem! Os corpos delas estão evidentes nas ruas, nos bares, nas ladeiras e anunciam presença no mundo. As vozes delas ecoam em *lives*, eventos e espaços de organização política, evocando direitos e reconhecimento do trabalho sexual como atividade laboral.

Serão apresentadas duas vozes⁵, que, além de interlocutoras, se tornaram cada vez mais companheiras de caminho. Mulheres que, ao transgredirem as regras impostas pelos saberes hegemônicos, convocam a reinvenção e a tomada de poder, expressões utilizadas por Paulo Freire. Nessa perspectiva, considera-se que essas vozes e narrativas assumem um papel emancipatório, afinal de contas, o Movimento Social de Trabalhadoras Sexuais, na medida em que se organiza, denuncia uma sociedade que mantém lógicas colonizadoras, pois invisibilizam corpos e experiências. Diana Soares (2021) a este respeito afirma:

Eu me reconheço como sujeito político de direitos, mas a sociedade não. Está muito difícil. Nós não existimos. Na verdade, até existimos, mas como pessoas pobres e desempregadas, mas não como uma trabalhadora sexual. Só somos lembradas pelas nossas próprias vozes. Eu existo! Nós existimos!⁶

No artigo O afeto que faz política: trabalhadoras sexuais unidas resistindo a Covid-19, Pasini e Silva (2022) discutem os modos como as trabalhadoras sexuais, no período da pandemia, mobilizaram micro resistências no enfrentamento dos desafios emergentes naquele contexto. Para além das dores e perdas, que enquanto humanidade pudemos experienciar, evidenciou-se que nesse processo de mobilização a dimensão do afeto foi um elemento primordial. Ainda que essas trabalhadoras denunciem o fato de que os corpos e as narrativas

⁵ Fátima Medeiros e Diana Soares são interlocutoras das pesquisas citadas e solicitaram que os nomes delas fossem visualizados, entendendo a importância deste reconhecimento para o próprio Movimento de Trabalhadoras Sexuais. O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), conforme número 21333818.4.0000.0057, em 28 de outubro de 2020.

⁶ Narrativa de Diana Soares, coordenadora da Associação de Profissionais do Sexo do Rio Grande do Norte (ASPRORN), em decorrência do projeto desenvolvido pela ECOS e coordenado por Elisiane Pasini, no período 2021-2022, intitulado “Direitos das trabalhadoras sexuais: nós existimos!”. A fala de Diana faz parte da campanha #nosexistimoselutamospelosnossosdireitos, desenvolvida pelo referido projeto.

delas não são reconhecidos pela sociedade e pelas políticas, elas existem. Diana Soares afirma enfaticamente: “Nós existimos!”. Um grito de resistência e um grito afetivo, pois foi enunciado a partir do projeto desenvolvido, o qual integrava e contava com a organização de outras trabalhadoras sexuais.

Na perspectiva de Fátima Medeiros (2021), coordenadora e fundadora da Associação de Profissionais do Sexo do Estado da Bahia, é relevante recordar a história do Movimento Social de Trabalhadoras Sexuais na perspectiva dos direitos humanos. A voz e a memória dessa mulher nos colocam diante de saberes que são tecidos e construídos no movimento das lutas cotidianas dessas trabalhadoras.

Nosso movimento tem quase 40 anos de história. Ele é muito importante para o Brasil e para o mundo. O movimento surgiu por causa da chacina que acontecia no Brasil com as trabalhadoras sexuais e aí surgiu o primeiro movimento de mulheres que morreram queimadas no interior da Bahia, e em outros lugares no Brasil várias situações de violências. Então, nós começamos a nos organizar Brasil afora. Muita coisa aconteceu de importante. A gente fez parceria no Movimento Social. Fizemos parceria com o Departamento de Aids. Lembro que quando a Aids surgiu, o departamento foi obrigado a sentar conosco. Nós conseguimos barrar em partes as Doenças Sexualmente Transmissíveis, que chamava na época. Hoje, a gente chama ISTS, mas foi um avanço muito grande nesse sentido. Uma das coisas que admiro muito dentro do movimento é em relação à questão das violências que nós sofriamos por parte da polícia. A gente sofria muito, éramos ficadas como vadias e conseguimos tirar essa lei, a lei da vadiagem 2002. A gente conseguiu classificar nossa ocupação no Ministério do Trabalho. A gente vive tentando fazer as nossas PL passar. Não passa, mas a gente senta para fazer e isso é importante. Isso empodera também para que a gente possa continuar na profissão.

Fátima Medeiros denuncia uma série de situações-limite vivenciadas pelas trabalhadoras sexuais concomitantemente ao surgimento do Movimento de Trabalhadoras Sexuais, no final da década de 1970, nos diferentes estados do Brasil, com distintas lideranças, que em seus respectivos territórios movimentaram e olharam para as realidades concretas dessas trabalhadoras naqueles contextos. Lourdes Barreto afirma a importância desse movimento, reiterando assim o “direito de se afirmarem como Putas”. Em entrevista concedida à Paula Guimarães, Lourdes Barreto (2016) diz: “Somos um movimento social, revolucionário, dinâmico, que tem suas complicações, mas tem um grande valor, principalmente pela autodeterminação”⁷

⁷ Disponível em: <https://caterinas.info/lourdes-barreto-30-anos-na-luta-por-identidade-das-prostitutas-e-contraviolencias/>. Acesso em: 7 abr. 2023.

Em novembro de 2022, aconteceu o Seminário Nacional de Prostitutas em Curitiba, organizado pelo Grupo Liberdade, sob a coordenação de Carmem Costa, acerca do tema: IV Seminário de Profissionais do Sexo Rompendo Barreiras garantindo direitos. Nesse evento, chamou a atenção a cartilha de divulgação, que contava com uma imagem que trazia a memória de Gabriela Leite, Rosarina Sampaio e Maria Niziana Castelino (Candelária). Ver aquela foto com a memória das duas últimas trouxe um sentimento de gratidão. Gabriela Leite tem sido, ao longo da história do Movimento de Trabalhadoras Sexuais no Brasil, juntamente com Lourdes Barreto, reconhecida (e o é) como fundadora desse Movimento. Mas aquela foto, juntamente com a voz de Fátima Medeiros, nos evoca a memória viva, presente e atuante de um movimento que constrói saberes e direitos humanos do norte ao sul, de leste a oeste, atravessando nordeste, sudeste e centro-oeste do país.

O Movimento Nacional de Trabalhadoras Sexuais, em sua diversidade de lideranças e contextos, tem nos ensinado a transgredir, utilizando as palavras de bell hooks (2017). Saúdo algumas destas grandes lideranças que me ensinaram uma educação para a vida e na vida, uma educação libertadora que emerge da beleza e dos diálogos dissidentes, do reconhecimento das situações-limite e, sobretudo, do anúncio dos inéditos-viáveis.

Considerações finais

A pretensão deste artigo foi elucidar uma reflexão crítica acerca da relação entre educação e direitos humanos, considerando as contribuições dos movimentos sociais nesta interlocução e tendo como foco principal os saberes de experiência e a organização política e social do Movimento Social de Trabalhadoras Sexuais. Para tal, recordo a educação a partir de uma perspectiva popular, emancipadora e libertadora e de uma memória afetiva do legado freireano e suas contribuições na contemporaneidade. Buscou-se estabelecer conexões com outras leituras e autoras, em particular, com o pensamento de bell hooks, assim como a importância de construir na atualidade uma educação decolonial, que tem como pressuposto colocar no centro do debate os corpos e as existências dos sujeitos historicamente subalternizados.

No processo de escrita deste artigo, fez-se necessário recordar e fazer memória aos modos como o Movimento Social de Trabalhadoras Sexuais reivindicou seu lugar de movimento social construtor de pautas políticas e sociais acerca dos direitos dessas trabalhadoras. Enfatizamos ainda a pedagogia da batalha como expressão do modo como esse movimento tem construído saberes a partir do seu interior e na relação com outros movimentos

sociais, enfatizando, sobretudo, as trabalhadoras sexuais como sujeitas históricas. As trabalhadoras sexuais existem e tecem redes de solidariedade, afeto e coletividades.

Por fim, enfatizo as vozes e os ensinamentos insurgentes das trabalhadoras sexuais. Os corpos, os movimentos e as vozes delas apontam perspectivas de emancipação de si, uma emancipação que se constrói na batalha, no trabalho sexual e na autodeterminação. Nesse sentido, os saberes construídos pelas trabalhadoras no Movimento de Trabalhadoras Sexuais desvelam uma educação emancipatória, afinal de contas, estamos falando de sujeitas fazedoras de história. Trabalhadoras sexuais que desde a coletividade buscam objetivos comuns. Nesse caso, tais lutas denunciam as violações de direitos historicamente vivenciados por essas trabalhadoras e o direito de serem reconhecidas como cidadãs políticas. Para finalizar, me direciono mais uma vez às trabalhadoras sexuais, essas Putas Mulheres, Putas Resistências com quem tenho aprendido cotidianamente.

Putá, empodera
No diálogo contigo
Empodero eu
Desfaz-se máscaras
Caem véus
E a nudez misturada com brilho reluz.

Putá empodera
Palavra que rasga
Rasga, rasga!
Forte e intensa
Altiua guerreira
Pois este mundo travado
Dilacerado de hipocrisia, desigualdades e patriarcado
Tua voz me aquece
Tua afirmativa segura, feliz e envolvente
Equilibra minhas lutas.

Putá empoderada, empodera
Tuas vivências, tuas lutas
São tuas lutas e delas: as outras Putas
Mas, devo lhe dizer: estas lutas têm se tornado tão minhas, dos meus, tão nossas
Peço licença pra chegar
Peço licença pra ficar
E licença pra guerrear.

No diálogo contigo
Empodero a mim
Empodero meu corpo, prazeres, amores...
Empodero sentidos, altivez, nudez...

Corpo despido de máscara
Mas repleto de luz, purpurina e brilho
Repleto de alegria e encanto
De cheiros, sabores e encharcado de Vida.

No diálogo contigo
A palavra tímida empodera
Ecoa! Grita! Ressoa!

Tomar a palavra
Rasgar a palavra
Apropriar-se da palavra
PUTA!
PUTA.

Referências

BARRETO, L. C. **“Somos sujeitas políticas de nossa própria história”**: prostituição e feminismos em Belo Horizonte. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/160706>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL, D. M. **A prostituição feminina e associação de prostitutas da Paraíba**: movimento social, luta política e reivindicação de direitos. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4399>. Acesso em: 14 jun. 2023.

CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45-57, 2008. DOI 10.1590/S1413-24782008000100005. Acesso em: 14 jun. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5szsvwMvGSVPkGnWc67BjtC/?lang=pt>. Acesso em: 14 jun. 2023.

CANDAU, V. M. *et al.* **Educação em direitos humanos e formação de professores(as)**. São Paulo: Cortez, 2014.

CORRÊA, S. R. M. Paulo Freire como intelectual público nas margens do Sul: algumas contribuições para refletir sobre a democracia e educação pública na atualidade brasileira. *In*: NETO, J. C. M.; OLIVEIRA, I. A. (org.). **O legado de Paulo Freire para a educação na Amazônia**. Curitiba: CRV, 2019.

FONSECA, C. A dupla carreira da mulher prostituta. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 1996. DOI 10.1590/%25x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16650>. Acesso em: 21 jun. 2023.

FONSECA, C. Feminismos e estudos feministas: com as trabalhadoras sexuais na mira. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 47, p. 85-101, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8647253>. Acesso em: 21 jun. 2023.

FREIRE, A. M. A. Inédito-viável. In: STRECH, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. (org.). **Dicionário de Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 223-225.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, P. **Direitos humanos e educação libertadora**: gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho**: ensinar-e-aprender com sentido. 2. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2003.

GUERRA, C. B. M. “**Mulher da vida, é preciso falar**”: um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1129303>. Acesso em: 15 maio 2023.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

HOOKS, B. **Ensinando pensamento crítico**: sabedoria prática. São Paulo: Elefante, 2020.

JULIANO, D. El trabajo sexual en la mira: polémicas y estereotipos. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 25, p. 79-106, 2005. DOI 10.1590/S0104-83332005000200004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/yf64fKYh9m5XKmlp9wxCqp/?lang=es>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MACHADO, R. C. F.; PALUDO, C. Desde Freire: cinquenta anos da pedagogia do oprimido e o feminismo no Brasil. In: NETO, J. C. M.; OLIVEIRA, I. A. (org.). **O legado de Paulo Freire para a educação na Amazônia**. Curitiba: Editora CRV, 2019. p. 37-51.

MARINHO, M. B. **A carreira da prostituta militante**: um estudo sobre o papel das práticas institucionais na construção da identidade da prostituta militante da Associação de Prostitutas da Bahia. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2007.

MORAES, A. F. **Mulheres da vila**: prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOREIRA, C. E. Emancipação. *In*: STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 163-165.

MOTA NETO, J. C. Paulo Freire e Orlando Fals Borda na genealogia da pedagogia decolonial latino-americana. *In*: ABREU, W. F.; OLIVEIRA, D. B. (org.). **Pedagogias decoloniais, decolonialidade e práticas formativas na Amazônia**. Curitiba: Editora CRV, 2021. p. 39-52.

MURRAY, L. R. Uma reflexão histórica, teórica e etnográfica sobre o ativismo de prostitutas no Brasil. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA “POLÍTICAS DA ANTROPOLOGIA: ÉTICA, DIVERSIDADE E CONFLITOS”, 30., 2016, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: RBA, 2016.

NIETO OLIVAR, J. M. **Guerras, trânsitos e apropriações**: políticas da prostituição feminina a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/24035>. Acesso em: 20 maio 2023.

OSOWSKI, C. I. Situações-limites. *In*: STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. (org.). **Dicionário de Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 384-385.

PALUDO, C. Educação popular. *In*: STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. (org.). **Dicionário de Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. P. 139-140.

PASINI, E. **Corpos em evidência, pontos em ruas, mundos em pontos**: a prostituição na região da Rua Augusta em São Paulo. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1588632>. Acesso em: 20 maio 2023.

PASINI, E.; SILVA, F. P. A. O afeto que faz política: trabalhadoras sexuais unidas resistindo à Covid-19. *In*: DONINI, A. *et al.* (org.). **Put a livro**. Rio de Janeiro: Editora da Autora, 2022. p. 438-453.

PISCITELLI, A. Apresentação: gênero no mercado do sexo. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 25, p. 7-23, 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644699>. Acesso em: 15 maio 2023.

PISCITELLI, A. Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercado do sexo no Brasil. **Contemporânea**, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 377-404, 2013. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/160>. Acesso em: 20 maio 2023.

PISCITELLI, A. El tráfico del deseo: interseccionalidades no marco do turismo sexual no Nordeste do Brasil. **Quaderns-e de l’Institut Català d’Antropologia**, Barcelona, n. 4, 2004.

Disponível em: <https://raco.cat/index.php/QuadernseICA/article/view/51433>. Acesso em: 15 maio 2023.

PISCITELLI, A. Exotismo e autenticidade: relatos de viajantes à procura de sexo. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 19, p. 195-231, 2012. DOI 10.1590/S0104-83332002000200009.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/BqjY8yTnG9hrvKwJkLwrK6P/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2023.

PISCITELLI, A. Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do “turismo sexual” internacional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 717-744, 2007. DOI 10.1590/S0104-026X2007000300014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/TvMkNjzYSkhf77ddCKy5BQM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2023.

PRADA, M. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. *In*: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007. p. 93-126.

RODRIGUES, M. Prostituição e feminismo: uma aproximação ao debate contemporâneo. *In*: FAZENDO GÊNERO: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES E DESLOCAMENTOS, 9., 2010, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2010.

ROMÃO, J. E. Educação. *In*: STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 150-152.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUSA, F. R. **A noite também educa**: compreensões e significados atribuídos por prostitutas à prática da prostituição. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2272>. Acesso em: 20 maio 2023.

SOUSA, F. R. Ações educativas desenvolvidas por prostitutas organizadas: tecendo confiança e autonomia. **Revista da FAEBA**, Salvador, v. 24, n. 43, p. 75-88, 2015. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-70432015000100161&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 maio 2023.

SOUSA, F. R. Educar-se em movimento: prostitutas militantes e a construção da autonomia. **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 21, n. 43, p. 109-125, 2016. DOI 10.20435/2318-1982-2016-v.21-n.43(06). Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/907>. Acesso em: 20 maio 2023.

SOUSA, F. R. Putas que falam: reflexões sobre autonomia e protagonismo político de prostitutas. *In*: MUNDO DE MULHERES E SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 13., 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2017. p. 1-9.

SOUSA, F. R. **Saberes da vida na noite**: percepções de mulheres que prestam serviços sexuais sobre o educar-se nas relações com seus clientes. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2422>. Acesso em: 20 maio 2023.

TEDESCO, L. L. **Explorando o negócio do sexo**: uma etnografia sobre as relações afetivas e comerciais entre prostitutas e agenciadores em Porto Alegre/RS. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/14986>. Acesso em: 15 maio 2023.

Submetido em 1º de maio de 2023.

Aprovado em 18 de junho de 2023.